



A HIPÓTESE DO AGENDAMENTO, OS ENQUADRAMENTOS NOTICIOSOS PARA COMUNICAÇÃO SOBRE OS RISCOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: Uma abordagem Teórica

Paulo Silas do Amaral

Executivo Público

Governo do Estado de São Paulo

Mestre em Sustentabilidade

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

RESUMO

Este artigo contém uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e de caráter teórico fundamentado, com coleta de dados da bibliografia existente, sobre os principais autores e escolas de comunicação, americana, alemã e a escola contemporânea de pesquisas em comunicação, ressaltando a hipóteses do agendamento. O objetivo é demonstrar como a hipótese do agendamento e sua ênfase dos enquadramentos noticiosos, pode contribuir para formação das agendas midiática, política e pública, sobre as emergências climáticas, cujos conteúdos informativos criem a saliência necessária para que a audiência seja confrontada, torne-se interessada, engaje-se e aja, buscando, coletivamente, novas maneiras de viver, de consumir e produzir, diminuindo os riscos e respeitando os limites do planeta.

Palavras-chave: Mudanças Climáticas, Riscos, Comunicação em Massa, Agendamento.

1. INTRODUÇÃO

A sigla do momento no mundo empresarial é VUCA (Volatilidade, Incerteza, Complexidade e Ambiguidade em inglês). Ela expressa, em quatro palavras, o resumo do constante desafio que todos os sistemas têm experimentado na contemporaneidade. Os desafios, obviamente, demandam respostas diversas, muitas vezes de alta complexidade (BENNETT; LEMOINE, 2014). O acrônimo VUCA está, para as organizações, exteriorizando a metamorfose pela qual a sociedade tem passado.

A Volatilidade (*Volatility*) se caracteriza pela instabilidade e pelo inesperado, e porque não dizer pela surpresa, que exige uma constante avaliação das discrepâncias nos sistemas e uma governança voltada à preparação e mitigação dos riscos, em alta performance (BENNETT; LEMOINE, 2014).

Tudo muda o tempo todo. São as novas formas de enxergar o mundo e estar nele, de compartilhar os riscos em um mundo globalizado, cujas crises não escolhem classes sociais ou credos. Elas afetam a todos, em qualquer parte e a qualquer tempo, pois, diferentemente da mudança, a metamorfose desequilibra todas as certezas, trazendo o inesperado ao meio, no qual, por tradição ou costume, era constante e previsível, ou seja, os costumes se reproduziam de geração em geração (BECK, 2017).



IV SUSTENTARE & VII WIPIS
WORKSHOP INTERNACIONAL
Sustentabilidade, Indicadores e Gestão de Recursos Hídricos
 de 16 a 18 de novembro de 2022

EVENTO GRATUITO TOTALMENTE ONLINE

Realização: SUSTENTARE FUD CAMPINAS

WIPES IBCOP

Apoio: Agência das Relações PCJ

COMITÊS PCJ

Giddens (2011) aponta para o descontrole do mundo globalizado, inclusive sobre as tradições, as famílias e a democracia. Para o autor (Ibid.), as rápidas mudanças trazidas pela globalização e pelos avanços tecnológicos, principalmente na esfera da comunicação e informação, trouxeram à sociedade a desordem. Ele descreve o que seja o risco fabricado, como aquele trazido, justamente, pelo conhecimento a respeito do mundo, pelo progresso científico e tecnológico e pela exploração da natureza, que afetam os ecossistemas negativamente (GIDDENS, 2011).

A Incerteza (*Uncertainty*) assinala-se pela lacuna de informação ou pela falta de conhecimento que precisa ser preenchido para que se alcance o objetivo desejado (BENNETT; LEMOINE, 2014). Essa incerteza em relação às mudanças no clima, no entanto, não se demonstra socialmente generalizada, pois há de se levar em consideração a confiança que os indivíduos colocam sobre os conhecimentos do meio acadêmico, atribuindo à perícia e à especialização o patamar de única fonte de conhecimento confiável.

O homem contemporâneo e unidimensional é submerso no pensamento econômico da sociedade industrializada que é, ao mesmo tempo, racional e irracional, pois transforma objetos em extensão do corpo e da mentalidade humanas, ressignificando as coisas e as necessidades. “As pessoas se reconhecem em suas mercadorias; encontram sua alma em seu automóvel, nos seus aparelhos *hi-fi*, nas suas casas de dois andares, ou com mezanino e nos seus utensílios de cozinha” (MARCUSE, 2015, p. 47) e esse reconhecimento reduz a possibilidade de um pensamento complexo e multidimensional. A constante “coisificação” de tudo acaba por afastar a sociedade de encontrar novas formas de produção e consumo.

Não há como negar que os riscos das mudanças no clima estão relacionados aos modos de vida, de produção e consumo na modernidade. As incertezas são crescentes e consequências da “força relativa que alcançaram as atividades humanas nos últimos tempos” (VEIGA, 2015, p. 31). Para Veiga (2015) o Antropoceno – o espaço de tempo em que as atividades humanas alteram os processos geológicos - estabeleceu seu marco inicial desde a expansão da agricultura e do uso dos combustíveis fósseis (MARQUES, 2018).

Os Relatórios do IPCC, desde 1990, têm declarado que o aquecimento global (o aumento médio da superfície terrestre) resulta das atividades humanas de produção e consumo e, indiscutivelmente, se contrapõe à falácia de que seria uma causa natural e inevitável, restando à humanidade adaptar-se e aprender a conviver com ele (FERREIRA, 2017).

A discussão atual, sobre as mudanças no clima, se dá em torno, não somente de nomear como “riscos das mudanças”, mas se as consequências das alterações do clima já não podem ser denominadas “crises climáticas”, uma vez que os eventos, antes previsíveis, como as chuvas, as estiagens, têm se tornado severos a ponto de causar desastres, que afetam a sociedade, a economia e o ambiente. Seus impactos, generalizados, causam prejuízos, danos à natureza e às pessoas, requerendo esforços para adaptação e diminuição das vulnerabilidades (IPCC, 2022).

Os indicadores do Relatório Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2022) são considerados de alta confiabilidade e isso significa que não resta dúvida sobre a veracidade dos dados. Eles preveem que, os riscos a curto prazo (2021-2040), pelo aumento

IV SUSTENTARE & VII WIPIS
WORKSHOP INTERNACIONAL
Sustentabilidade, Indicadores e Gestão de Recursos Hídricos
 de 16 a 18 de novembro de 2022
 EVENTO GRATUITO TOTALMENTE ONLINE

Realização: SUSTENTARE FUD CAMPINAS WIPES ESCOP

Apoio: Agência das Águas PCJ COMITÊS PCJ

em 1,5°C de temperatura, causariam um aumento de crises e desastres ambientais, que teriam consequências à população, demandando um cuidado redobrado com as questões de vulnerabilidade, exposição e adaptação, porque as perspectivas de frequência, duração e extremidade dos eventos climáticos tendem a atingir, principalmente, as zonas costeiras, geralmente com alta densidade demográfica, as fontes de água doce e os ecossistemas marinhos.

O recente relatório sobre mudanças climáticas (IPCC, 2022) admite a interdependência entre o clima, a biodiversidade e a sociedade. Havia antes um equilíbrio perfeito e harmonioso, contudo, têm sido registradas perdas irreversíveis nos ecossistemas terrestres e aquáticos, aproximando o planeta do ponto crítico (*tipping point*), ou ponto de inflexão que, de acordo com Marques (2018), é o declínio, sem condições de retorno aos estados iniciais de florestas, rios, corais, extinções de vertebrados e invertebrados. Esses efeitos, obviamente, têm resultados adversos à sociedade e à economia. A fome e a sede têm feito seus refugiados.

Os sumários para os formuladores de políticas públicas desse relatório, assinalam que a médio e longo prazos (2041-2100) a magnitude dos eventos, que trará inúmeras perdas, dependerá, principalmente, de ações voltadas à mitigação e à adaptação. A pressão sobre a produção e acesso aos alimentos será grande, já que as secas e ondas de calor provocam as crises hídricas, que afetam, além da dessedentação humana, a produção de alimentos. A má nutrição aumentará o número de doenças nos países mais pobres (IPCC, 2022).

A Complexidade (*Complexity*), tem como essência o grande número de variáveis, sociais, culturais, econômicas e ambientais e que requerem muitas especialidades, diversas disciplinas e saberes (BENNETT; LEMOINE, 2014), que devem incluir as observações do homem sobre o seu meio, seja ele originário, urbano ou da diversidade ambiental no planeta.

Os riscos são globais e afetam todas as pessoas, entretanto são imperceptíveis, silenciosos. São criados pelo próprio homem e sua manipulação do ambiente, institucionalizados, como o mercado de investimentos, por exemplo. Eles exigem um pensamento multidimensional, para muito além da dimensão unicamente econômica. Entretanto, as pessoas confiam nos sistemas peritos. Confiam nas ciências, sem questionar e sem contar que a perícia pode falhar. Os riscos podem passar despercebidos até mesmo pelos peritos (GIDDENS, 1991; CASTRO; PEIXOTO; RIO, 2005; MORIN, 2007).

O acesso rotineiro do homem urbano aos sistemas e infraestruturas que lhe dão provimento à água, ao saneamento, à energia elétrica, aos transportes e à acessibilidade faz que com que deposite a confiança em sistemas, baseados principalmente nas engenharias, na Economia, na Química, na Física. São as ações rotineiras, reiteradas, repetidas, dia após dia, como abrir uma torneira, acender uma lâmpada, se alimentar, ligar um automóvel e se deslocar, que afastam a sociedade da visão holística que inclui as questões da natureza, dos seus ciclos, do uso de energia não renováveis, do clima, das precipitações e ainda do aquecimento global, das crises, dos desastres como as enchentes, as secas, a elevação do nível do mar, as queimadas e destruição das florestas (GIDDENS, 1991).

O pensamento complexo necessário ao entendimento sobre riscos climáticos, deve incluir várias ciências e vários saberes, pois há como se entender ou se chegar ao entendimento por uma só dimensão ou uma ecologia generalizada (LEFF, 2011). O pensamento unidimensional torna-se risco, pois as várias dimensões da sustentabilidade, entre elas a econômica, social e ambiental, requerem, inclusive os saberes locais, a cultura, a tecnologia, como arcabouços de prevenção, precaução na gestão de riscos, que incluam a identificação das vulnerabilidades dos sistemas, a resiliência deles e sua capacidade de adaptação (MORIN, 2007).

Problemas ambientais necessitam da complexidade e da interdisciplinaridade como meio de compreensão dos “processos materiais que configuram o campo das relações sociedade-natureza”, que possibilitem a abertura de caminhos para modos de produção e consumo sustentáveis, que afastem os conflitos que emergem do poder da economia ou da ecologia, tão somente, para as possibilidades de consenso que levem em conta significados existenciais, valores culturais, meios de desenvolvimento e sentidos sociais conferidos à natureza (LEFF, 2011).

A racionalidade econômica e tecnológica traz à tona a crescente complexidade dos riscos socioambientais, que exigem a construção de alternativas de produção e consumo, a formação de conhecimento e habilidades profissionais que levem à transição entre práticas predatórias capitalistas, para um modelo que leve em conta o ambiente, ou seja, um desenvolvimento sustentável (LEFF, 1998).

Esse modelo de transição requer a consistência de um saber que só é produzido em confronto objetivo com a realidade, dentro da esfera de saberes subjetivos e coletivos sobre o mundo real social, na qual convergem uma rede de relacionamentos e tensões, que confrontam a objetividade do conhecimento com as mais diversas formas de significado. A visão ecológica do mundo não versa sobre uma polarização entre a racionalidade econômico-tecnológica e a racionalidade ambiental, mas de diversidade, complexidade, renovação de pensamento, sentimento, percepção e ação (LEFF, 2006).

Por fim, a Ambiguidade (*Ambiguity*) reflete a incapacidade de se detectar as relações causais no trabalho com o que é desconhecido, já que não há algum precedente comparável (BENNETT; LEMOINE, 2014). Contudo, o caminho que o sistema capitalista tem trilhado, até então, evidencia seu ponto de chegada: o colapso.

O discurso de crescimento neoliberal tem sido contraditório, no sentido de que esse suposto crescimento se apropria dos bens da natureza, de maneira predatória, para incorporá-los ao PIB, ao invés de universalizá-los em favor dos direitos humanos, individuais, coletivos, mas com respeito à natureza (SACHS, 2000).

As regras de desenvolvimento econômico, que deveriam proporcionar às pessoas a possibilidade de viverem de acordo com suas escolhas, providas dos instrumentos e oportunidades que as libertasse da pobreza, têm sido um problema, ao invés da solução, já que esse desenvolvimento tem agravado os efeitos negativos no meio ambiente, que têm se exteriorizado pelas emissões de gases de efeito estufa – GEE – na atmosfera (VEIGA, 2015)

E as perspectivas não são nada animadoras, pois o que se verifica é aumento das emissões, mesmo quando, segundo o acordo de Paris, deveriam diminuir até 2030. E se nada for feito, em um cenário de altas emissões as temperaturas podem chegar a 4°C ou 5°C até 2080, ou seja, ainda neste século (NOBRE, 2010; ANGELO, 2022; BARBI, 2017).

Só em 2019, foram emitidas 59 bilhões de toneladas de GEE. Um valor 12% maior quando comparado a 2010. Quarenta e dois por cento de todas as emissões de gás carbônico na atmosfera, desde a era pré-industrial, aconteceram entre os anos de 1990 a 2019 (ANGELO, 2022).

Segundo o Observatório do Clima – OC - as alterações climáticas foram responsáveis, em aproximadamente 20%, pela severidade das chuvas nos estados da região nordestina do Brasil, em maio de 2022, quando a temperatura está em 1,2°C maior que na era pré-industrial {Citation}

A lógica da acumulação capitalista, de criação de excedentes e de constante expansão, não possui freios, ou seja, “é incapaz de não destruir, em sua engrenagem acumulativa, a riqueza biológica de nosso planeta e os equilíbrios do sistema” (MARQUES, 2018, p. 678). De acordo com o autor (Ibid.) só resta uma escolha: a superação do capitalismo.

1.1 A comunicação das mudanças climáticas no mundo “VUCA”

Ferreira (2017), em seus estudos sobre a Sociologia Ambiental, levanta a questão se realmente a sociedade tem tratado a problemática das mudanças climáticas com a seriedade que ela requer e se o risco tem sido tratado com a ética diacrônica (presentes e futuras gerações) e a responsabilidade necessárias para se alcançar a justiça ambiental. O assunto já tem sido denominado emergências climáticas, dado o nível de atenção, em todos os níveis (políticos e públicos), que ele requer.

Os riscos das mudanças climáticas, globalmente distribuídos e não mais dentro de limites fronteiriços, devem ter, da mesma forma, seu conhecimento disseminado. Aquele que detém o ofício de pesquisador e autoridade científica tem o dever (do Latin: *mínus* ou *onus* de ônus) de divulgar, informar e comunicar (derivada do Latin: *commun*) que o risco é real, ele é estudado (GIDDENS, 2011; ESPOSITO; MOLINARI MAROTTO; NANCY, 2012).

O disseminar para tornar comum requer um afastamento dos jargões científicos, das estatísticas, do linguajar próprio dos acadêmicos, mas, ao invés disso, trazer as informações de maneira que os habitantes locais compreendam. Seria como um esmiuçar dos relatórios do IPCC para um linguajar que todos pudessem entender, engajar-se e participar na formulação das políticas necessárias à mitigação dos riscos, à atenção aos vulneráveis e à resiliência dos sistemas sociais e ambientais. O risco refere-se aos infortúnios futuros, requer ações para o futuro e com rompimento das ações ultrapassadas (GIDDENS, 2011).

O mundo em metamorfose possui dois tipos de discurso que precisam ser elucidados. O primeiro é relacionado ao progresso, à distribuição de riqueza, do lucro e do crescimento econômico. Esse tipo de discurso, por sua hegemonia, faz brilhar os olhos de muitas pessoas, já que se alinha aos desejos e ao egocentrismo e, porque não dizer também, antropocentrismo. Já o outro é o discurso sobre os riscos, ou seja, dos efeitos negativos do crescimento

econômico maléfico, tanto ambientais, quanto sociais, aqueles que confrontam e expõem a falta de ética e justiça e são, em geral, omitidos ou minimizados, o que leva a sociedade ao autoengano, à inércia e à sensação de segurança inexistentes (BECK, 2017; MARQUES, 2018).

Um despertar da sociedade é necessário e, no que tange às ciências, que anteriormente costumavam afastar o conhecimento leigo e concentrar-se no desenvolvimento técnico-científico, agora se caracterizam por categorias e métodos, meios e atores diferenciados daqueles típicos dos processos anteriores, cujos territórios eram demarcados, fechados e demonstravam uma “superioridade da racionalidade e dos métodos de raciocínio científicos em face dos repertórios de conhecimento, das tradições e das práticas laicas” (BECK, 2011, p. 240).

Os riscos da modernização necessitam ser enfrentados, e para que isso ocorra, existe a necessidade de uma sensibilização da sociedade para esses problemas. Uma sensibilização que aguace e revista-se de crítica e que se materialize em movimentos sociais em prol da resolução dos problemas, pois os problemas não dizem respeito ou se relacionam somente ao intracientífico, mas às definições e relações que envolvem toda a sociedade, porque são pautas que abrangem todas as pessoas (BECK, 2011).

A emergência climática é uma pauta que necessita de um agendamento político e público, além do midiático, pois todos estão envolvidos nesse assunto e a comunicação tem, nesse sentido, um papel essencial. A disseminação de informações visa influenciar, persuadir, dirigir e impulsionar mudanças de comportamento ou incentivar uma determinada ação. O confronto de ideias daqueles que compartilham os direitos e deveres, mas, da mesma forma, os riscos. Desta forma o confronto é o instrumento para a movimentação social. Movimentos sociais se dão através da linguagem e do discurso.

No “agir comunicativo” de Habermas as relações intersubjetivas, ou seja, entre os atores, visam negociar seus atos, por meio de um acordo, cujo resultado é a aprendizagem social que se dá através do resultado efetivo da resolução de um problema ou conflito. Os riscos devem ser entendidos, como problemas globais e que exigem, na modernidade reflexiva, um chamamento coletivo para redefinição do que seja o desenvolvimento (HANNIGAN, 2006; BECK, 2011).

As recentes Pesquisas de Comunicação em Massa (*Mass Communication Research*) têm apontado para a hipótese do Agendamento (*Agenda Setting*) como o meio termo entre as escolas estruturalista e formal de Lasswell e a escola ideológica da segunda geração frankfurtiana de Jürgen Habermas (ARAÚJO, 2001). Nessa hipótese, a questão do enquadramento noticioso ou ênfase tem importância fundamental para criar a saliência, interesse ou engajamento da audiência sobre o assunto (MARTIRANI; PERES, 2016).

Sendo assim, coloca-se em questão se a hipótese do agendamento contribui para comunicação social sobre os riscos das alterações no clima, com a ênfase necessária para provocar a população, na busca sobre mais informações e mudanças de comportamento frente aos desafios presentes e futuros, quais sejam, os riscos e as crises deles advindas. Nesse



sentido, busca-se levantar, na bibliografia, as abordagens teóricas que embasem a reflexão sobre a comunicação das mudanças climáticas com a sociedade.

O Objetivo desta pesquisa é destacar a hipótese do agendamento e a importância do enquadramento noticioso que saliente a questão das mudanças climáticas como de interesse social e emergente e impulse ações políticas e públicas.

2. MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e de caráter teórico fundamentado, como característica da investigação de um fenômeno ou de um conceito central (GIL, 2009; CRESWELL, 2010). No presente estudo foram abordadas as questões relacionadas à comunicação em massa, suas escolas europeia e americana, e a hipótese mais recente da escola contemporânea do agendamento (*agenda setting*) para comunicação social sobre os riscos/crises, efeitos das mudanças climáticas.

Para coleta de dados, foi utilizada a base documental e bibliográfica (revisão da literatura). A revisão de literatura, de acordo com Santos (2012, p.92), “significa retomar os discursos de outros pesquisadores e estudiosos não apenas para reconhecê-los, mas também para interagir com eles por meio de análise e categorização a fim de evidenciar a relevância da pesquisa a ser realizada” e é essencial para se estruturar hipóteses e estabelecer o material que será utilizado como bases para pesquisa.

Por ser a comunicação um assunto profundamente conectado às ciências humanas e, sobre o qual, orbitam as mais variadas hipóteses, teorias e conceitos, esse estudo não teve, como foco, exaurir ou ser taxativo, a respeito das teorias dos campos sociológicos, filosóficos, psicológicos e epistemológicos que contribuem para construção desse conhecimento específico, porém é inegável o contraste da comunicação com as mais diversas disciplinas das humanidades.

As escolas de comunicação tiveram autores centrais neste estudo. Para a escola americana foi dado destaque a Lasswell (1948) e na escola de Frankfurt o destaque para Habermas (2003; 2012a; 2012b). A hipótese do agendamento, por ser produto mais recente da *Mass Communication Research*, possui vários autores, dentre os quais destacam-se McCombs e Shaw (1972) e Winter e Eyal (1981), como expoentes do assunto.

Ao final são expostas as ideias de autores que pesquisam o assunto da comunicação para mudanças climáticas e jornalismo ambiental.

3. REFERENCIAL TEÓRICO E DISCUSSÃO

3.1 Comunicação em Massa

Winkin (1998) em sua obra “A Nova Comunicação” faz analogia a uma orquestra, na tentativa de conceitualizar a comunicação. Para o autor, a comunicação não pode ser vista como uma ação individualizada. Ela é na verdade um fato cultural, uma instituição e um sistema social. Essa orquestra funciona de maneira sensível, em que cada instrumento tenta se



adaptar à melodia e à harmonia, mas sem uma partitura escrita previamente (WINKIN; FERREIRA; SAMAIN, 1998).

Nessa orquestra de representações sociais, os sociólogos, psicólogos ou outro estudioso das humanidades, podem extrair fragmentos dessa música altamente complexa que, na “vida em sociedade é encarada como uma estrutura em processo perpétuo, uma realização permanente, uma performance de todos os instantes” (WINKIN; FERREIRA; SAMAIN, 1998, p.18).

Teorizar ou conceitualizar a comunicação não é uma tarefa fácil. Levantar a questão do que seja, exatamente, é controverso e faz emergir expectativas de elucidação, entretanto, nenhuma resposta pode ser dada como absoluta. Não há uma única definição sobre ela, contudo, apesar das inúmeras tentativas é necessário que, ao menos, se defina o que é a comunicação (GRIFFIN; LEDBETTER; SPARKS, 2019).

A comunicação é o processo de convivência para criação e interpretação de mensagens que requerem uma resposta. Ela é muito mais que a emissão de mensagem a um receptor que a interpreta e responde, vai além da divulgação de informações ou de sinais, mas é, antes de qualquer coisa, um processo relacional, ou seja, a intersubjetividade é algo latente na comunicação (GRIFFIN; LEDBETTER; SPARKS, 2019).

As abordagens do estudo da comunicação possuem distintos métodos científicos de pesquisa que, na área do comportamento, descreve, prevê e explica as diferentes reações humanas ante a comunicação. No campo da retórica, caminha para detecção de símbolos, que utilizados, convence a audiência pelo entendimento sobre determinado ponto de vista. A criação de ressonância, entre o conteúdo da mensagem e os pensamentos e sentimentos do receptor, é a chave da persuasão. Em uma abordagem objetiva pressupõe que a verdade é única e alcançável pela observação, pelos sentidos, mas com imparcialidade. Já os humanistas defendem que pessoas distintas, em um mesmo lugar, podem ter visões de mundo diferenciadas e pouco comuns, sobre mesmo espaço (GRIFFIN; LEDBETTER; SPARKS, 2019).

O rol de abordagens teóricas para a comunicação não é taxativo, mas extenso. A comunicação está, muito mais, no campo das ciências sociais, que analisa as relações entre os fenômenos, na humanidade e no mundo social. Contudo, alguns entraves estão colocados quando se trata em pesquisas de comunicação. 1) As mais diferentes formas de comportamentos humanos são incontáveis e complexas. 2) Os objetivos humanos são constantemente revisados e as reações são, geralmente, ligadas às expectativas e não uma resposta a algo que já foi experienciado. As revisões de alvos são subjetivas sobre as possibilidades de serem bem ou malsucedidas. 3) Os seres humanos apreciam a noção de causalidade no mundo físico, mas não as relações de causa e efeito em suas próprias vidas (BARAN; DAVIS, 2015).

A complexidade que envolve o assunto comunicação tem aumentada a cada vez que, novas ferramentas tecnológicas são desenvolvidas, essas novas formas de mídia têm suscitado mais pesquisas e mais teorias.



Os processos comunicacionais sempre serão psicológicos, sociológicos ou políticos e, ainda afirma que o estudo do objeto comunicação não inviabiliza tratá-la por disciplina, pelo simples fato de seu arcabouço interdisciplinar e multidisciplinar. E, a partir do estudo social, a necessidade da comunicação do indivíduo é entendida como forma de adesão coletiva e a comunicação em massa, torna-se essencial à “instrumentalização da atividade individual face ao seu desafio de engajamento numa coletividade complexa” (MARTINO, 2002, p. 34).

Quando três sistemas interagem, a comunicação em massa pode ser compreendida e definida. Primeiramente, deve partir de uma **organização** (fonte), essa organização, com a utilização de uma **tecnologia** (meio), emite uma mensagem para uma **ampla audiência** (receptor) (BARAN; DAVIS, 2015).

Nos dois últimos séculos algumas teorias têm sido desenvolvidas, muito impulsionadas pelas novas tecnologias e pelas novas organizações de comunicação em massa. Muitas questões e críticas, positivas e negativas emergem do cenário de comunicação globalizado (BARAN; DAVIS, 2015).

3.2 A Escola Norte-Americana – Estruturalista - Lasswell

A Escola Norte-Americana, a princípio, não enxergava a comunicação como um processo, mas um sistema linear, quase que matemático, de elementos formais e de um certo estruturalismo, porém sem a intenção de verificar o sujeito no meio social, mas uma estrutura na qual, cada parte desempenha uma função (ARAÚJO, 2001).

Essa característica estruturada é identificável na função da comunicação na abordada por Lasswell (1948) em seus estudos realizados na década de 1930, quando afirmava ser, o processo comunicativo as respostas às clássicas cinco perguntas: **Quem?** Referindo-se àquele que fala. **Diz o quê?** Referindo-se ao discurso. **Em que canal?** A resposta deve ser o meio ou a mídia. **Para quem?** Diz respeito à audiência. **Qual o efeito?** Ou seja, os impactos que as mensagens causam em seus receptores (LASSWELL, 1948).

Sobre os efeitos, o argumento de Lasswell, na teoria da propaganda, mesclando ideias do behaviorismo e freudianas, afirmava que o esforço da mídia, em mudar a ordem social e fazer com que o público aceitasse ideias extremamente diferentes, deveria ser feito lentamente. Imagens e ideias, introduzidas e cultivadas ao longo do tempo, ajustadas aos estímulos de associação das imagens aos sentimentos de amor e ódio ou com símbolos que incitam essas emoções, podem levar as pessoas ao condicionamento de maneira gradual e sofisticada (BARAN; DAVIS, 2015).

O uso de campanhas e símbolos, na teoria da propaganda de Lasswell, é seu aspecto positivo, no entanto sua teoria subestima o fato de que pessoas possuem a habilidade de avaliar as mensagens, e as questões culturais e sociais podem impor limites aos efeitos da mídia. Na teoria hipodérmica de Lasswell (*hypodermic-needle*), os efeitos da comunicação seriam como agulhas que penetrassem os indivíduos, considerando que eles se encontrassem fora de um contexto social e afastados de relações intersubjetivas (BARAN; DAVIS, 2015; ARAÚJO, 2001).



Essa teoria, também denominada bala mágica (*magic-bullet*), afirma que a exposição a uma mensagem específica pode afetar a audiência da mesma forma. O autor superestima os efeitos da mídia e os sujeitos são vistos como indiferenciados, passivos e suscetíveis a qualquer estímulo (ARAÚJO, 2001; GRIFFIN; LEDBETTER; SPARKS, 2019).

Esse processo comunicacional e sua suposta onipotência, que atribui à mensagem o mesmo valor de uma droga ou entorpecente injetável, na propaganda de massa, se constitui cientificamente, sempre no intuito de uma reação no indivíduo, que perpetue e favoreça a sociedade de consumo capitalista, contribuindo para um pensamento de única dimensão e acrítico sobre os efeitos desse consumo para o meio ambiente e para a própria saúde (MARCUSE, 2015).

As modernas teorias de propaganda, as quais contêm os traços de incentivo ao consumo capitalista, desconectam a audiência das relações entre o que seja riqueza e consumo, bem como do que se trata a satisfação e sucesso, o que resulta no distanciamento humano dos resultados negativos ao ambiente pela produção, descarte e desperdício desses produtos (BARAN; DAVIS, 2015).

O debate sobre essas questões, de acordo com Baran e Davis (2015) é imprescindível para a atualidade, já que os riscos inerentes à falta de conscientização, sobre as adversidades do consumo para o ambiente, têm aumentado e as crises ambientais são cada vez mais frequentes. Existe uma falha no confronto, bem como na busca por alternativas que respeitem a resiliência da natureza. As falhas continuam a favorecer as elites, uma vez que essas não consideram, em suas práticas predatórias, a reflexão sobre práticas danosas ao meio ambiente.

A transparência na comunicação, o acesso a ela e aos seus canais é um direito dos cidadãos. Pela comunicação, os movimentos sociais colocam em prática a conscientização coletiva sobre os vários sentidos da vida, da produção, do consumo, da satisfação das necessidades com a melhoria da qualidade de vida e participação na tomada de decisões. A comunicação, nesse sentido, contribui para a participação democrática, promovendo debates e transformando a sociedade (PERUZZO, 2007).

O viés funcionalista e estruturalista, de um expoente da *Mass Communication Research*, (LASSWELL, 1948), se mostra diferente da linha sociopolítica da comunicação, cuja dinâmica se baseia no sistema social, que centraliza sua preocupação no “equilíbrio da sociedade, na perspectiva do funcionamento do sistema social no seu conjunto e seus componentes” (ARAÚJO, 2001, p. 122).

3.3 A Escola de Frankfurt – Ideológica - Habermas

O surgimento da teoria crítica parte do Instituto de Pesquisas Sociais Independentes da Universidade de Frankfurt, cujo intuito inicial era pesquisar e testar as ideias marxistas que resultaram em refutar o determinismo econômico ortodoxo, porém manteve a crítica marxista à sociedade (GRIFFIN; LEDBETTER; SPARKS, 2019).

As principais críticas, que esses pesquisadores faziam à sociedade contemporânea, tratavam de: rejeitar o controle sobre a linguagem, amplificado pela cultura massificada, que visava o desequilíbrio de poder na sociedade. Os críticos eram contrários a qualquer tipo de



palavra que tivesse conotação de aprisionamento ou não fossem emancipatórias. Eram críticos também a metodologia científica empírica, já que viam, com suspeita e desvalorizavam, ao que os cientistas chamavam de pesquisas livres de ideologias (GRIFFIN; LEDBETTER; SPARKS, 2019).

A cultura de massa ou a indústria da cultura, que para Adorno, Horkheimer e Marcuse, tratava-se de um monopólio da venda de uma mercadoria com o desejo pelo lucro, no entanto sem utilidade social. A cultura, como *commoditie*, distribuída pelos canais televisivos, pelo cinema, pela música e pela mídia impressa, reproduziam o pensamento dominante, ao mesmo tempo que cegava a sociedade para as injustiças na distribuição do poder (BARAN; DAVIS, 2015; GRIFFIN; LEDBETTER; SPARKS, 2019).

Marcuse (2015) refere-se ao homem que consome a cultura como mercadoria, como sendo unidimensional, já que é aquele que se deixa seduzir pelo capitalismo de forma consentida, deixando-o penetrar todo o tecido social e avançando, não somente, na esfera econômica, mas também, na social, na política, na cultura, na ciência e na tecnologia (BASTOS, 2014).

Jürgen Habermas é o principal discípulo desta escola, que partia dos pensadores Marx, Freud e Nietzsche na crítica sobre o capitalismo e suas consequências para o homem, para sociedade e para cultura. Para os pesquisadores desta geração da escola frankfurtiana o capitalismo ultrapassou a barreira da economia, adentrando no plano da consciência, a ponto de converter bens culturais em mercadorias, o que significava a “coisificação” de tudo (RÜDGER, 2001; MARCUSE, 2015).

As imagens do mundo, de acordo com Habermas, se dão pelo confronto ativo com a realidade e, nesse espaço, desenvolve-se a cognição construída coletivamente, elaborando julgamentos sobre do que seja o externo, objetivo, perceptível e manipulável materialmente, do que seja o interno e referencial para a competência de distinguir o mundo social e o mundo subjetivo (HABERMAS; SOETHE; SIEBENEICHLER, 2012a).

O mundo só alcança a objetividade quando a visão dele puder ser repartida por uma comunidade capaz de agir e empregar a linguagem, chegando ao entendimento recíproco sobre o mundo comum, partilhado entre eles, sobre como se deve agir nele, qualidades que tornam os cidadãos responsáveis (BURKART, 2007; HABERMAS; SOETHE; SIEBENEICHLER, 2012a).

É essencial a participação dos atores no processo de entendimento, pois “estejam eles corporificados em ações, instituições, produtos do trabalho, palavras, relações cooperativas ou documentos, só podem ser desvendados *a partir de dentro*” (HABERMAS; SOETHE; SIEBENEICHLER, 2012a, p. 213).

A cooperação entre os atores tem, como estrutura, uma organização dos atos de entendimento compartilhados mutuamente, que numa interação, agem, não com uma finalidade egocêntrica, mas em concordância racional como consequência do conteúdo proferido (HABERMAS, 2003).

O processo comunicativo, segundo Habermas *et al.* (2012a), remete à aptidão argumentativa. Argumentos são as pretensões de validade dos discursos duvidosos e, para os

teóricos da dialógica, “o estopim da atividade argumentativa é a **dúvida** lançada sobre o ponto de vista, que obriga o interlocutor a justificá-lo” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 55, grifo do autor).

A concordância é cooperativa e sua força é mensurada pela intensidade das razões e pela habilidade na formação de acordos. O aprendizado depende da argumentação validada, para construção, não só, de conhecimentos teóricos, mas também morais. Esse aprendizado visa dirimir conflitos e enganos. O comum acordo é desejado pelos sujeitos da ação comunicativa e motivados pela razão, validado por críticas. (HABERMAS; SOETHE; SIEBENEICHLER, 2012a).

O comportamento em grupo (Behaviorismo Social), não se assimila automaticamente, mas é fruto da observação do comportamento individual e no qual tem a consciência, como a concepção de estruturas por intermédio da língua e dos símbolos (HABERMAS; SIEBENEICHLER, 2012b).

A ação comunicativa de Habermas traz em si fundamentos morais, que desenha um procedimento mútuo e comunitário que inclui normas comportamentais por uma comunicação pública fundamentada no “Princípio da Universalização”, para o qual os argumentos não devem ser subjetivos, individuais e hipotéticos, mas ao contrário, os argumentos devem pertencer a uma coletividade (HABERMAS, 2003; MEISENBACH, 2006).

“A sociedade de risco mundial abre um espaço moral que pode (embora não o faça necessariamente) dar origem a uma cultura cívica de responsabilidade que transcenda o velho antagonismo e crie novas alianças bem como novas linhas de conflito”, reconhecendo o outro como um parceiro, ao invés de inimigo (BECK, 2017, p. 61).

A contribuição desta escola, bem como o estudo da *Teoria do Agir Comunicativo* da segunda geração dessa escola, na pessoa de Habermas, contribui para a reflexibilidade sobre como o homem pode ser uma ameaça a si mesmo e, o risco das mudanças climáticas, requer a conscientização e uma “reavaliação de valores” (BECK, 2017, p. 61).

Para o confronto dos ideais do industrialismo vigente, a comunicação torna-se um caminho para ações coletivas, com o objetivo de encontrar novas formas de produção e consumo, que respeitem a natureza, afastando qualquer tipo de degradação que possa contribuir para as alterações climáticas e suas conseqüentes adversidades (BECK, 2011).

3.4 A Hipótese Contemporânea do Agendamento - *Agenda Setting*

Os autores Hohlfeldt, (2001) e Sousa, (2008) assinalam para a ocorrência de que existia uma lacuna entre as pesquisas de comunicação europeias e americanas, que deveria ser preenchida. As pesquisas europeias, eram ideológicas, para os americanos, e a americana estruturalista, formalista e burocrática, conforme os europeus. Foi então que, ao final dos anos 60 e início dos anos 70, que o artigo escrito pelos americanos (McCombs e Shaw, (1972), deu-se início à junção de várias teorias para *Communication Research* (Pesquisa em Comunicação).

Na hipótese de *agenda setting* (agendamento) a audiência tende a dar importância a algumas pautas, incentivada pela quantidade e qualidade das informações, escolhendo aquelas para as quais ele vai adotar uma posição (MCCOMBS; SHAW, 1972).

Foi na campanha eleitoral de 1968, nos EUA, que os autores (MCCOMBS; SHAW, 1972) verificaram a importância dos meios de comunicação em massa para formação da opinião do eleitorado a respeito dos discursos e promessas dos candidatos. Naquele momento, os meios de comunicação eram a principal forma de aproximação dos eleitores àqueles candidatos, bem como a fonte das informações sobre eles. Desta forma a *mass media* teria o poder de sugerir, através da ênfase dada às questões, o modo como os eleitores deveriam pensar, pela criação de imagens e reputações.

As pesquisas foram em direção às agendas políticas e públicas, porém, se fazia necessária a investigação sobre o tempo necessário para potencializar as respostas e o engajamento da audiência. O enquadramento de tempo (*time frame*) que pudesse causar nos receptores, a devida saliência. O impacto da exposição a determinadas pautas, assim como o grau de incertezas sobre o tema eram intensificados após dois e cinco meses (WINTER; EYAL, 1981).

Os meios de comunicação, numa corrente de pensamento construcionista, têm o poder de modelar as representações que os indivíduos fazem da realidade pela linguagem, o que se contrapõe ao pensamento realista que atribui, em parte, a percepção da realidade aos fatos, pois para os realistas, os fatos são extralinguísticos (SOUSA, 2008).

O agendamento somente ocorrerá de maneira eficiente quando houver um alto nível de percepção de relevância para o tema e, ao mesmo tempo, um grau de incerteza relativamente alto em relação ao domínio do mesmo, levando o receptor a buscar informar-se com maior intensidade, a respeito daquele assunto (HOHLFELDT, 2001, p.199).

A constatação é que, quanto maior a exposição à mensagem, sua relevância e interesse do receptor, sua saliência está sujeita também à necessidade de orientação sobre o tema e de maior conhecimento, o que tem relação com as incertezas (HOHLFELDT, 2001).

O fato, da própria mídia, agendar os assuntos ambientais, interfere na agenda política que, por conseguinte acaba por intervir na agenda pública. A dimensão social é alcançada, já que, os problemas ambientais alcançam as esferas públicas e políticas, sem que necessariamente possa haver algum conhecimento científico ou tecnológico, por parte da audiência, sobre as qualidades bio-físico-químicas da natureza e seus eventos (SOUSA, 2008).

As questões ambientais, nos países Ibéricos, têm sido muito expostas pela mídia. O fato se deve, primeiramente, à própria experiência da população, sobre problemas enfrentados na realidade. A cultura sobre o ambiente tem sido um fator importante nos movimentos políticos e sociais nesses países e que resultaram em políticas governamentais (SOUSA, 2008).

Estudos da interação entre os problemas ambientais e a mídia têm sido efetuados, focalizando os campos da “influência das mensagens no conhecimento, orientações, crenças, sentimentos e comportamentos das pessoas, face ao ambiente” e as “narrativas jornalísticas e



dos enquadramentos que elas propõe” [sic], com a utilização de análise de conteúdo (SOUSA, 2008, p. 6).

A definição da agenda midiática está conectada ao enquadramento noticioso que, em *primeiro nível*, deve focalizar as questões, para as quais a importância é apreendida e em *segundo nível* deve abranger os assuntos que atentem à saliência ou ao engajamento da audiência sobre o problema. Os enquadramentos, dispostos pelo jornalismo, dizem respeito à ênfase que será dada ao assunto e as alternativas entre o que deve ser excluído ou ressaltado (WEAVER, 2007).

Segundo Weaver (2007) enquadramento é o modo de captação da percepção do público sobre a realidade e enfatizá-los em uma imagem ou texto, de modo a determinar o problema, suas causas, consequências, seus valores morais, sua prevenção, precaução e a reparação. O enquadramento, como visto pelo autor (Ibid.), adere às questões do meio ambiente com muita propriedade.

A crise hídrica de 2014 e 2015, ocorridas no Sudeste brasileiro, foi alvo de pesquisa das autoras Martirani e Peres, (2016), na qual explicitam a importância dos enquadramentos noticiosos, no que tange à ênfase do conteúdo noticiado e que se diferem daqueles denominados, enquadramentos interpretativos, que possuem uma avaliação particular, já que esses têm por fonte de informação os atores, as ONGs (Organizações Não Governamentais), associações e representações de governo. A principal diferença entre os enquadramentos noticiosos e os interpretativos é que, os noticiosos, são elaborados por jornalistas, profissionais de comunicação.

As autoras destacam três tipos de enquadramentos e, no Quadro 2, estão dispostos de forma a entender o cenário da matéria como aquecimento global.

Quadro – Enquadramentos Noticiosos

Enquadramento	Descrição
Episódico	Enfatiza o evento ou o episódio . Como exemplo, no caso de temperaturas acima das médias históricas, as questões relacionadas ao clima, às precipitações, previsões massas de ar, bloqueios atmosféricos, favorecendo a percepção e responsabilidade pelo evento ao clima .
De Interesse Humano	Focaliza os indivíduos e na personalização da cobertura midiática. Atribui a responsabilidade, ao uso excessivos de energias não renováveis, ao desperdício de água e alimentos e ao consumo exagerado de produtos poluentes.
Temático	Esse, enfatiza os aspectos relacionados à infraestrutura, obras, expansão urbana, crescimento populacional, ocupações ilegais, desmatamentos, queimadas, entre outros temas .

Fonte: Elaborado pelo autor, conforme Martirani e Peres (2016).

No estudo sobre desastres naturais de Birkland (1998) a responsabilização tem duas vias. A primeira diz respeito a casos fortuitos ou os episódios naturais extremos (eventos relacionados ao clima), como terremotos e furacões, por exemplo. A outra via tem a ver com desastres, cuja responsabilidade pode ser atribuída a uma organização ou uma falha tecnológica, geralmente industrial, como vazamentos de óleo, contaminação da água e acidentes nucleares (temáticos). Esses, geralmente, expõem os interesses das grandes

corporações. Em qualquer uma das vias de responsabilização, os enquadramentos são, essencialmente, formadores do interesse público pelo assunto.

Quando o interesse é baixo a audiência tende a deixar a resolução do problema a cargo dos governos ou de organizações especializadas, mas à medida que o interesse pelo assunto aumenta, sobre o desastre, há uma movimentação política importante, já que grupos se aproximam e procuram obter maior conhecimento a respeito da natureza e extensão dos danos causados. A mobilização dos grupos cria ações pós-evento e políticas públicas necessárias à prevenção e à precaução dos desastres, resultados de um aprendizado empírico dos governos e das comunidades (BIRKLAND, 1998).

Na hipótese de *agenda setting* a **relevância** se observa quando várias mídias noticiam o mesmo assunto, independente da abordagem; a **centralidade** que é a competência dos meios de comunicação em assentarem as matérias no centro da visão da audiência, não somente tornando-as proeminentes, mas salientando as que são primordiais; o **time-log** que é o espaço de tempo, no qual a agenda da mídia é absorvida pela agenda do receptor e a **saliência**, que é a “valorização individual dada pelo receptor a um determinado assunto noticiado, que se traduz pela percepção que ele venha emprestar à opinião pública” (HOHLFELDT, 2001, p. 202).

Sem o fluxo ininterrupto de informação e alimentação do noticiário a respeito do evento, é bem provável que assuntos importantes sejam esquecidos, tanto por parte da audiência, quanto por parte do jornalismo, uma vez que o número de informações e assuntos expostos, em um só dia, é imenso e a capacidade de apropriação torna-se limitada. Para que isso não ocorra é imprescindível o desenvolvimento do acordo sobre qual matéria será o tema mais importante. O *suíte* de uma matéria (tematização) é a narração dos fatos que sustenta o foco da audiência em determinado assunto (HOHLFELDT, 2001; MCCOMBS, 1997).

Questões significantes são aquelas a que respondem, pelo menos, a 10% da audiência pelo problema. Só se obtém o consenso necessário quando o noticiário consegue responder duas perguntas. A primeira se refere a quais problemas são interesses da agenda pública e a segunda seria de qual modo alcançar acordos entre os mais diferentes grupos (MCCOMBS, 1997).

A redação (*newsmaking*) é a aptidão de transformar os fatos diários em notícias e que em substância, figuram os eventos e seus atores (substantivos), possui os atributos de **importância** que caracteriza os indivíduos envolvidos e seu grau de participação no episódio; o **impacto** que o fato tem ou terá sobre a comunidade; a **quantidade** de indivíduos envolvidos no evento; demonstrando a sua **evolução** e suas consequências. A redação, com esses aspectos, pode ser vista como guia na construção de uma comunicação eficiente, que alcance o consenso necessário à solução de problemas e crises, bem como na minimização dos riscos sociais (HOHLFELDT, 2001).

Outras questões importantes são levantadas por Sousa (2008). Para a autora, a adesão entre a agenda jornalística e a agenda pública é necessária, bem como a facilitação das mensagens, para as quais a audiência precisa se orientar mais, o que pode ser entendido como decifrar os conhecimentos científicos ao nível da linguagem local, já que os efeitos negativos

do clima são sofridos localmente. A transposição dos problemas ambientais para o campo político é de extrema importância para o agendamento midiático e público.

A epistemologia do jornalismo ambiental tem levantado várias pesquisas, já que o principal ofício dessa função é, justamente, a mudança de mentalidade dos cidadãos frente às mudanças do clima, consequências da manipulação humana no meio ambiente. As consequências, também denominadas emergências climáticas, são graves, representam riscos e, mais recentemente, crises e desastres que afetam muitas pessoas. Entretanto, a cobertura midiática, na América Latina, ainda apresenta irregularidade (GIRARDI; STEIGLEDER; SAFT, 2021).

Somente 6,2% das notícias representam as informações como de nível local, a maior parte do noticiário, advindo das agências, não relacionam as mudanças climáticas pela visão da localidade. No Brasil, 25 % da população afirmar conhecer bastante sobre o assunto, mas ainda é pouco. Atualmente, o jornalismo tem sido atacado, justamente por sua principal função de informar, uma vez que os processos comunicacionais e educativos, têm “o potencial de transformar nosso modo de pensar o universo, a natureza e a maneira como nos relacionamos com todos os seres” (GIRARDI; STEIGLEDER; SAFT, 2021, p. 169).

Quando o acesso ao conhecimento é negado ou restringido, perde a democracia, o poder de decisão, de escolhas e de participação social na formulação das políticas públicas que visem mitigar os riscos, combater as vulnerabilidades, no intuito de justiça socioambiental, de igualdade e liberdade. A liberdade exige um pensamento complexo, ao invés do pensamento compartimentado das ciências (MORIN, 2007). É uma constante quebra de paradigmas e de crenças rumo à conscientização e ações reflexivas para mudanças. Essas mudanças requerem a união de saberes, que não partam unicamente das ciências, mas incluam os dos povos, dos locais. “Precisamos superar o pensamento único da ciência e nos abirmos para uma ciência aberta ao novo, ao diálogo e que seja capaz de considerar o conhecimento dos povos originários” (GIRARDI; STEIGLEDER; SAFT, 2021, p. 171).

A comunicação tem um papel importantíssimo nos desafios que as alterações climáticas impõem. Esses desafios vão desde a sensibilização sobre a origem do fenômeno, mas também sobre o levantamento de um debate global, entre a sociedade e as ciências (MANCINAS-CHÁVEZ; RODRIGO-CANO; FERNÁNDEZ-REYES, 2021).

O reconhecimento sobre os riscos é uma tarefa árdua. A comunicação esteve muito conectada aos alertas para os riscos sobre os quais detinha algum nível de certeza. Lidar com incertezas e complexidade que os desafios das mudanças climáticas impõem, verdadeiramente, não é o horizonte que, por tradição, queremos alcançar. No entanto, se nada for feito, se não houver uma organização social e gestão desses riscos, o futuro mostra-se tenebroso (HERAS HERNANDÉZ, 2021).

Sete desafios para o jornalismo são apontados por Girardi, Steigleder e Saft (2021), são eles: 1) Enfatizar o contexto sob uma perspectiva sistêmica, com amplitude, profundidade e crítica; 2) Incluir a diversidade de vozes, inclusive dos não cientistas, dos empresários, dos políticos; 3) Assimilar os valores da nova consciência ambiental para prática do jornalismo; 4) Aproximar a comunicação da realidade da audiência; 5) Comprometer-se com a verdade das



informações em defesa da vida; 6) Ser responsável pela quebra de paradigmas e 7) Agir com o Princípio da Precaução, evitando resultados negativos no futuro.

Sousa (2008) aponta para as responsabilidades do jornalista ambiental, que para o autor se traduzem em: a) Exercitar um papel didático e orientador (**educomunicação**); b) Tornar a questão do clima uma constante, ao invés de cíclica, característica dos noticiários sobre os desastres ambientais. Para que isso ocorra, se faz necessária a criação de seções específicas para o assunto (**ênfase**); c) Estar ciente sobre o endereçamento do agendamento, sobre quem determina a pauta e quais os interesses que se revelam por trás daquela pauta, a quem deverá favorecer ou desfavorecer aquela mensagem ou enquadramento (**imparcialidade**); d) Difundir informações rigorosamente conferidas como verdadeiras e independentes (**confiabilidade**).

Sem a comunicação sobre as mudanças climáticas seria impossível que os cidadãos se conscientizassem sobre a magnitude dos riscos iminentes e estivessem hábeis a agir, politicamente, rumo a uma solução (GARCÍA DE LA FUENTE, 2021).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2022 tem sido marcado por eventos climáticos extremos, o que dá sinais de que não se trata somente de riscos, mas sim de crises. No Nordeste brasileiro chuvas intensas têm provocado alagamentos e deslizamentos de terra, deixando milhares de pessoas desabrigadas, além das vítimas fatais. Em abril, Índia e Paquistão registraram 50°C, essa temperatura foi a mais elevada em 61 anos. Na Europa, nunca se viu um verão com temperaturas tão elevadas. Na Inglaterra, foi registrado 40,2°C. Países europeus sempre estão mais preparados para o frio. Sempre foi assim.

Entretanto, a ciência vem alertando há muitos anos sobre a subida de temperatura e suas consequências. A questão não é somente os eventos naturais, eles sempre ocorreram, como as chuvas, as secas e o calor, mas o problema maior é a intensidade, a extremidade e a abrangência desses eventos. São crises climáticas, certamente.

Quando essas crises acontecem, toda a atenção da mídia (**ênfase**) se volta ao episódio, as consequências, número de vítimas e como será feita a reparação. A reparação é algo bem complexo. Parece mais fácil aceitar ou lamentar, como se nada pudesse ser feito para evitar e, a não ser que algo seja feito, a ciência tem apontado para um futuro sombrio.

E o responsável? Deus quis assim?! Não se trata de crença, mas de confiança e de certeza. Lidar com incertezas é desagradável, pois tira da sociedade o poder de prevenção, precaução e de organização política em torno de mitigar os riscos, reconhecer, combater as vulnerabilidades e adaptar-se, descobrindo novas maneiras de estar e existir no mundo.

A não ser que haja um rompimento com o sistema vigente, egocêntrico e ganancioso, para o qual a lógica do desenvolvimento, do crescimento do Produto Interno Bruto falacioso, afasta a população de vida digna e com a satisfação de suas necessidades elementares, teremos mais fome e mais mortes, pois essa lógica é predatória. A lógica capitalista retira e mal distribui.

A mídia de massa, independente e, principalmente, ética, tem o poder, não só persuasivo, mas conscientizador, capaz de transformar os pensamentos e impulsionar ações. Contudo o agendamento da mídia precisa acontecer, *a priori*, para que haja os agendamentos políticos e públicos.

O ensino e aprendizagem requerem mensagens constantemente repetidas ou enfatizadas, com uma linguagem a nível do entendimento das comunidades, deixando de lado os jargões científicos, eruditos e os pensamentos de única dimensão das ciências compartimentadas. Essas mensagens são, absolutamente, de interesse humano.

É uma emergência trazer a sociedade para perto e comunicar, tornar comum a mensagem sobre os riscos das mudanças climáticas, para que, pelo entendimento, consenso e confronto de ideias, muitas ações, frutos da reflexividade, emergjam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELO, C. **21 Recados Fundamentais do Novo Relatório Do IPCC**. Disponível em: <<https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2022/04/IPCC-WG3-resmo-OC.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2022.

ARAÚJO, C. A. A Pesquisa Norte-americana. Em: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. R. V. (Eds.). **Teorias da comunicação: conceitos escolas e tendências**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. p. 119–130.

BARAN, S. J.; DAVIS, D. K. **Mass communication theory: foundations, ferment, and future**. Seventh edition ed. Stamford, CT: Cengage Learning, 2015.

BARBI, F. O desafio das mudanças climáticas: A internalização política da questão climática no Brasil e na China. Em: FERREIRA, L. DA C. (Ed.). **O desafio das mudanças climáticas: os casos Brasil e China**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017. p. 84–101.

BASTOS, R. L. Marcuse e o homem unidimensional: pensamento único atravessando o Estado e as instituições. **Revista Katálysis**, v. 17, n. 1, p. 111–119, jun. 2014.

BECK, Ü. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2011.

BECK, Ü. **A Metamorfose do Mundo: Como as alterações climáticas estão a transformar a sociedade**. Lisboa: Edições 70, 2017.

BENNETT, N.; LEMOINE, J. **What VUCA Really Means for You**. Rochester, NY, fev. 2014. Disponível em: <<https://papers.ssrn.com/abstract=2389563>>. Acesso em: 1 jul. 2022



BIRKLAND, T. A. Focusing Events, Mobilization, and Agenda Setting. **Journal of Public Policy**, v. 18, n. 1, p. 53–74, 1998.

BURKART, R. On Jürgen Habermas and public relations. **Public Relations Review**, Special Issue on Social Theory. v. 33, n. 3, p. 249–254, 1 set. 2007.

CASTRO, C. M. DE; PEIXOTO, M. N. DE O.; RIO, G. A. P. DO. Riscos ambientais e geografia: conceituações, abordagens e escalas. **Anuário do Instituto de Geociências**, v. 28, n. 2, p. 11–30, 1 jan. 2005.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. 2. ed., 3. reimp ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Sage, 2010.

FERREIRA, L. DA C. O desafio das mudanças ambientais globais no Antropoceno. Em: FERREIRA, L. DA C. (Ed.). **O desafio das mudanças climáticas: Os casos Brasil e China**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017. p. 10–40.

GARCÍA DE LA FUENTE, M. Prólogo. Em: MANCINAS-CHÁVEZ, R.; RODRIGO-CANO, D.; FERNÁNDEZ-REYES, R. (Eds.). **La comunicación del cambio climático, una herramienta ante el gran desafío**. Madrid: Dykinson, 2021. p. 10–17.

GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIDDENS, A. **Mundo em descontrole**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2009.

GIRARDI, I. M. T.; STEIGLEDER, D. G.; SAFT, N. S. O Jornalismo Ambiental como Agente da Mudança de Pensamento no Contexto da Emergência Climática. Em: RODRIGO-CANO, D.; MANCINAS-CHÁVEZ, R.; FERNÁNDEZ-REYES, R. (Eds.). **La comunicación del cambio climático, una herramienta ante el gran desafío**. Madrid: Dykinson, 2021.

GRIFFIN, E. A.; LEDBETTER, A.; SPARKS, G. G. **A first look at communication theory**. Tenth edition ed. New York, NY: McGraw-Hill Education, 2019.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.



HABERMAS, J.; SIEBENEICHLER, F. **Teoria do agir comunicativo. 2: Sobre a crítica da razão funcionalista / Jürgen Habermas. Tradução: Flávio Beno Siebeneichler.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012b.

HABERMAS, J.; SOETHE, P.; SIEBENEICHLER, F. **Teoria do agir comunicativo. 1: Racionalidade da ação e racionalização social / Jürgen Habermas. Tradução: Paulo Astor Soethe. Revisão técnica: Flávio Beno Siebeneichler.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012a.

HANNIGAN, J. A. **Environmental sociology.** 2nd ed ed. London ; New York: Routledge, 2006.

HERAS HERNANDEZ, F. Comunicar los Riesgos Derivados del Cambio Climático y las Respuestas de Adaptación. Em: RODRIGO-CANO, D.; MANCINAS-CHÁVEZ, ALBA; FERNÁNDEZ-REYES (Eds.). **La comunicación del cambio climático, una herramienta ante el gran desafío.** Madrid: Dykinson, 2021. p. 17–35.

HOHLFELDT, A. Hipóteses Contemporâneas de Pesquisa em Comunicação. Em: HOHLFELDT, A.; MARTINO; FRANÇA, V. R. V. (Eds.). **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências.** 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. p. 187–240.

IPCC, I. P. ON C. C. **Climate Change 2022: impacts, adaptation and vulnerability: summary for policymakers.** Genebra: [s.n.].

LASSWELL, H. D. The structure and function of communication in society. p. 14, 1948.

LEFF, E. **Saber ambiental, sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder.** México, D.F: SIGLO XXI EDITORES, 1998.

LEFF, E. **Aventuras de la Epistemología Ambiental: de la articulación de ciencias al diálogo de saberes.** México, D.F: SIGLO XXI EDITORES, 2006.

LEFF, E. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental - DOI: 10.5212/OlharProfr.v.14i2.0007. **Olhar de Professor**, v. 14, n. 2, p. 309–335, 2011.

MANCINAS-CHÁVEZ, R.; RODRIGO-CANO, D.; FERNÁNDEZ-REYES (EDS.). **La Comunicación del cambio climático, una herramienta ante el gran desafío.** Madrid: Dykinson, 2021.

MARCUSE, H. **O homem unidimensional: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada.** São Paulo: Edipro, 2015.



MARQUES, L. **Capitalismo e Colapso Ambiental**. 3^a ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

MARTINO, L. C. A Interdisciplinaridade e Objeto de Estudo da Comunicação. Em: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. R. V. (Eds.). **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. 2^a ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 27–38.

MARTIRANI, L. A.; PERES, I. K. Crise hídrica em São Paulo: cobertura jornalística, percepção pública e o direito à informação. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, p. 01–20, mar. 2016.

MCCOMBS, M. E.; SHAW, D. L. THE AGENDA-SETTING FUNCTION OF MASS MEDIA*. **Public Opinion Quarterly**, v. 36, n. 2, p. 176–187, 1 jan. 1972.

MCCOMBS, MAXWELL. **Building Consensus: The News Media's Agenda-Setting Roles: Political Communication: Vol 14, nº 4**. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/105846097199236>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

MEISENBACH, R. J. Habermas's Discourse Ethics and Principle of Universalization as a Moral Framework for Organizational Communication. **Management Communication Quarterly**, v. 20, n. 1, p. 39–62, 1 ago. 2006.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre (RS): Sulina, 2007.

NOBRE, C. A. Mudanças climáticas globais: possíveis impactos nos ecossistemas do país. **Parcerias Estratégicas**, v. 6, n. 12, p. 239–258, 26 jan. 2010.

PERUZZO, C. M. K. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Lumina**, v. 1, n. 1, 5 jun. 2007.

RÜDGER, F. A Escola de Frankfurt. Em: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. R. V. (Eds.). **Teorias da Comunicação: Conceitos, Escolas e Tendências**. 2^a ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. p. 131–150.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANTOS, V. O que é e como fazer a Revisão de Literatura na Pesquisa Teológica. **Fides Reformata**, v. 17, n. 1, p. 89–104, 2012.

SOUSA, J. P. A teoria do agendamento e as responsabilidades do jornalista ambiental: uma perspectiva ibérica. **Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação**, p. 1–54, 2008.

IV SUSTENTARE & VII WIPIS
WORKSHOP INTERNACIONAL
Sustentabilidade, Indicadores e Gestão de Recursos Hídricos
de 16 a 18 de novembro de 2022

EVENTO GRATUITO TOTALMENTE ONLINE

Realização:
SUSTENTARE FUD CAMPINAS
WIPES WIPIS

Apoio:
Agência das Relações PCJ
COMITÊS PCJ

VEIGA, J. E. DA. **Para entender o desenvolvimento sustentável**. 1a edição ed. São Paulo, SP, Brasil: Editora 34, 2015.

WEAVER, D. H. Thoughts on Agenda Setting, Framing, and Priming. **Journal of Communication**, v. 57, n. 1, p. 142–147, 1 mar. 2007.

WINKIN, Y.; FERREIRA, R. L.; SAMAIN, E. **A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo**. Campinas: Papius, 1998.

WINTER, J. P.; EYAL, C. H. Agenda Setting for the Civil Rights Issue. **Public Opinion Quarterly**, v. 45, n. 3, p. 376–383, 1 jan. 1981.